

SUMÁRIO

Capítulo 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO.....	21
1. Conceito de Constituição.....	21
2. Sentidos ou concepções de Constituição.....	21
2.1. Sentido sociológico.....	22
2.2. Sentido político.....	22
2.3. Sentido jurídico.....	23
2.4. Sentido cultural.....	24
3. Classificação das Constituições.....	24
3.1. Quanto ao conteúdo.....	25
3.2. Quanto à forma.....	26
3.3. Quanto à origem.....	27
3.4. Quanto à estabilidade.....	27
3.5. Quanto à extensão.....	29
3.6. Quanto à elaboração.....	30
3.7. Quanto à ideologia.....	30
3.8. Quanto à essência.....	31
3.9. Quanto à sistematização.....	32
3.10. Quanto à finalidade.....	32
3.11. Quanto ao sistema.....	33
3.12. Quanto ao local de elaboração ou origem de sua decretação.....	34
3.13. Quanto à função.....	34
3.14. Classificação da Constituição Federal brasileira de 1988.....	35
4. Estrutura das Constituições.....	36
4.1. Preâmbulo.....	36
4.2. Normas centrais da Constituição (parte dogmática).....	38
4.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).....	39
5. Tópico-síntese.....	40

Capítulo 2

PODER CONSTITUINTE.....	47
--------------------------------	-----------

1.	Conceito e generalidades.....	47
2.	Origens da teoria do Poder Constituinte.....	48
3.	Natureza.....	48
4.	Titularidade e exercício.....	49
5.	Espécies de Poder Constituinte: originário e derivado.....	50
6.	Poder Constituinte Originário.....	50
6.1.	Conceito.....	50
6.2.	Características.....	51
7.	Poder Constituinte Derivado.....	52
7.1.	Conceito.....	52
7.2.	Características.....	52
7.3.	Espécies: Reformador e Decorrente.....	53
7.4.	Poder Constituinte Reformador.....	53
7.4.1.	Conceito e espécies.....	53
7.4.2.	Limitações.....	54
7.5.	Poder Constituinte Decorrente.....	56
8.	Mutação constitucional ou Poder Constituinte difuso.....	58
9.	Tópico-síntese.....	58

Capítulo 3

TEORIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS..... 65

1.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.....	65
1.1.	Eficácia jurídica e eficácia social.....	65
1.2.	Aplicabilidade das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	66
2.	Classificação de José Afonso da Silva.....	66
2.1.	Normas constitucionais de eficácia plena.....	67
2.2.	Normas constitucionais de eficácia contida.....	67
2.3.	Normas constitucionais de eficácia limitada.....	68
3.	Tópico-síntese.....	68

Capítulo 4

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL..... 71

1.	Métodos de interpretação constitucional.....	71
1.1.	Método jurídico ou hermenêutico clássico.....	71
1.2.	Método tópico-problemático.....	72
1.3.	Método hermenêutico-concretizador.....	72

1.4.	Método científico-espiritual.....	72
1.5.	Método normativo-estruturante	73
1.6.	Método da comparação constitucional.....	73
2.	Princípios de interpretação constitucional	73
2.1.	Princípio da unidade da Constituição	74
2.2.	Princípio do efeito integrador	74
2.3.	Princípio da máxima efetividade.....	74
2.4.	Princípio da justeza ou da conformidade funcional	75
2.5.	Princípio da concordância prática ou da harmonização.....	75
2.6.	Princípio da força normativa da Constituição	75
2.7.	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	75
2.8.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	76
3.	Teoria dos poderes implícitos	76
4.	Tópico-síntese	77

Capítulo 5

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... 81

1.	Conceito e pressupostos	81
2.	Espécies de inconstitucionalidade	82
3.	Momentos de exercício do controle.....	83
4.	Controle difuso	87
4.1.	Histórico e nomenclatura.....	87
4.2.	Âmbito dos tribunais.....	90
4.3.	Efeitos da decisão	92
5.	Controle concentrado	97
5.1.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (genérica) – ADIN.....	97
5.1.1.	Objeto.....	97
5.1.2.	Competência.....	99
5.1.3.	Legitimidade	100
5.1.4.	“Amicus curiae”	103
5.1.5.	Efeitos da decisão	105
5.1.6.	Pedido cautelar	106
5.2.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO.....	107
5.2.1.	Objeto.....	108
5.2.2.	Competência.....	109
5.2.3.	Legitimidade	109
5.2.4.	Efeitos da decisão	109
5.2.5.	Pedido cautelar	110

5.2.6.	ADO <i>versus</i> mandado de injunção.....	111
5.3.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ou Representação Interventiva).....	112
5.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC.....	114
5.4.1.	Objeto.....	115
5.4.2.	Competência.....	116
5.4.3.	Legitimidade.....	116
5.4.4.	“Amicus curiae”.....	117
5.4.5.	Efeitos da decisão.....	117
5.4.6.	Pedido Cautelar.....	118
5.5.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF.....	119
5.5.1.	Objeto.....	119
5.5.2.	Competência.....	120
5.5.3.	Legitimidade.....	121
5.5.4.	“Amicus curiae”.....	121
5.5.5.	Efeitos da decisão.....	121
5.5.6.	Pedido Cautelar.....	122
6.	Tópico-síntese.....	122

Capítulo 6

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS..... 131

1.	Princípios consagradores das bases políticas nacionais.....	131
2.	Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	134
3.	Princípio da soberania popular.....	135
4.	Princípio da separação dos poderes.....	135
5.	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	136
6.	Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.....	138
7.	Tópico-síntese.....	142

Capítulo 7

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 145

1.	Distinções conceituais: direitos humanos, direitos fundamentais e garantias fundamentais.....	145
2.	Titularidade dos direitos fundamentais.....	146
3.	Cláusula de abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais.....	147

4. A eficácia horizontal, privada ou externa dos direitos fundamentais.....	147
5. Evolução: gerações ou dimensões dos direitos fundamentais.....	149
6. Tópico-síntese.....	151

Capítulo 8

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS..... 153

1. Direitos e deveres individuais e coletivos na Constituição Federal de 1988.....	153
1.1. Direito à vida.....	153
1.2. Direito à igualdade.....	154
1.3. Liberdade de ação à luz do princípio da legalidade.....	155
1.4. Liberdade de locomoção.....	155
1.5. Liberdade de manifestação do pensamento ou opinião.....	155
1.6. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	156
1.7. Liberdade de informação.....	156
1.8. Liberdade de consciência e crença e a escusa de consciência.....	157
1.9. Liberdade de reunião.....	158
1.10. Liberdade de associação.....	158
1.11. Liberdade profissional.....	159
1.12. Direito à intimidade.....	160
1.13. Direito à vida privada.....	160
1.14. Direito à honra.....	161
1.15. Direito à imagem.....	161
1.16. Direito à inviolabilidade da casa.....	162
1.17. Direito à inviolabilidade das correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	168
1.18. Direito de propriedade.....	169
1.19. Direito de petição.....	170
1.20. Direito de certidão.....	171
1.21. Direito de acesso à justiça.....	171
1.22. Direito à segurança jurídica.....	172
1.23. Direito ao devido processo legal.....	173
1.24. Direito ao contraditório e à ampla defesa.....	174
1.25. Direito a garantias penais e processuais penais.....	174
2. Tópico-síntese.....	178

Capítulo 9

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	185
1. <i>Habeas Corpus</i>	185
1.1. Histórico.....	185
1.2. Legislação pertinente.....	186
1.3. Cabimento.....	186
1.4. Legitimidade.....	188
1.5. Cabimento de tutela preventiva.....	189
1.6. Espécies.....	189
2. Mandado de segurança.....	190
2.1. Histórico.....	190
2.2. Legislação pertinente.....	191
2.3. Cabimento.....	191
2.4. Legitimidade.....	193
2.5. Cabimento de tutela preventiva.....	196
2.6. Espécies.....	197
3. Ação popular.....	198
3.1. Histórico.....	198
3.2. Legislação pertinente.....	198
3.3. Cabimento.....	198
3.4. Legitimidade.....	199
3.5. Cabimento de tutela preventiva.....	201
3.6. Espécies.....	201
4. <i>Habeas data</i>	202
4.1. Histórico.....	202
4.2. Legislação pertinente.....	202
4.3. Cabimento.....	202
4.4. Legitimidade.....	203
4.5. Cabimento de tutela preventiva.....	204
5. Mandado de injunção.....	205
5.1. Histórico.....	205
5.2. Legislação pertinente.....	205
5.3. Cabimento.....	205
5.4. Legitimidade.....	206
5.5. Cabimento de tutela preventiva.....	208
6. Tópico-síntese.....	210

Capítulo 10

DOS DIREITOS SOCIAIS.....	219
1. Generalidades.....	219
2. Direitos sociais individuais dos trabalhadores.....	221
3. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores.....	224
4. Princípio da vedação ou proibição do retrocesso.....	226
5. Concretização dos direitos sociais <i>versus</i> teoria da reserva do possível.....	227
6. Tópico-síntese.....	229

Capítulo 11

DIREITO DE NACIONALIDADE.....	235
1. Conceito e generalidades.....	235
2. Espécies e formas de aquisição da nacionalidade.....	236
3. Os brasileiros na Constituição Federal de 1988.....	238
3.1. Brasileiros natos.....	238
3.2. Brasileiros naturalizados.....	241
3.3. Distinções entre natos e naturalizados.....	245
4. Perda da nacionalidade brasileira.....	248
5. O português equiparado a brasileiro ou “quase nacional”.....	250
6. Tópico-síntese.....	251

Capítulo 12

DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	257
1. Generalidades.....	257
2. Direitos políticos positivos.....	260
2.1. Ativos. Capacidade eleitoral ativa.....	260
2.2. Passivos. Capacidade eleitoral passiva.....	261
3. A situação dos militares.....	265
4. Direitos políticos negativos.....	267
4.1. Inelegibilidades.....	267
4.1.1. Inelegibilidades absolutas.....	268
4.1.2. Inelegibilidades relativas.....	269
4.2. Privação dos direitos políticos: perda e suspensão.....	275
5. Princípio da anterioridade eleitoral.....	279
6. Dos partidos políticos.....	280
7. Tópico-síntese.....	284

Capítulo 13

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	291
1. Organização político-administrativa	291
2. A União	292
2.1. Bens da União	292
2.2. Competência material	293
2.3. Competência legislativa	294
2.4. Descomplicando a competência dos entes federados	295
3. Os Estados federados	303
3.1. Bens do Estado	305
3.2. Competência material	306
3.3. Competência Legislativa	306
4. O Distrito Federal	307
5. Os Municípios	309
5.1. Competência legislativa	310
5.2. Competência material	310
6. Os Territórios Federais	311
7. Intervenção	312
7.1. Intervenção federal	313
7.2. Intervenção estadual	314
7.3. Características	314
8. Administração pública	315
8.1. Introdução	315
8.2. Disposições Gerais	315
8.2.1. Princípios da administração pública	316
8.2.2. Disciplina constitucional	318
9. Tópico-síntese	325

Capítulo 14

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	333
1. Do poder Legislativo	333
1.1. Estrutura do Poder Legislativo	333
1.1.1. Âmbito Federal	333
1.1.2. Âmbito Estadual	333
1.1.3. Âmbito Municipal	335
1.1.4. Âmbito Distrital	336
1.2. Atribuições do Congresso Nacional	336

1.3.	Câmara dos Deputados.....	337
1.3.1.	Principais características.....	337
1.3.2.	Competência privativa.....	339
1.4.	Senado Federal.....	339
1.4.1.	Principais características.....	339
1.4.2.	Competência privativa.....	341
1.5.	Imunidades parlamentares.....	342
1.5.1.	Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar.....	342
1.5.2.	Imunidade formal ou processual.....	343
1.5.3.	Foro por prerrogativa de função.....	344
1.5.4.	Imunidade parlamentar estadual e municipal.....	346
1.6.	Os Deputados e Senadores.....	347
1.7.	Perda do mandato de Deputado e Senador.....	347
1.8.	Das reuniões.....	349
1.9.	Das comissões.....	350
1.9.1.	As Comissões Parlamentares de Inquérito.....	351
1.10.	Processo legislativo.....	356
1.10.1.	Generalidades.....	356
1.10.2.	Espécies de processos legislativos.....	357
1.10.2.1.	Processo legislativo ordinário.....	358
1.10.2.2.	Processo legislativo sumário.....	366
1.10.2.3.	Processos legislativos especiais.....	367
1.11.	Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	367
2.	Do Poder Executivo.....	370
2.1.	Generalidades.....	370
2.2.	Sistemas de governo.....	371
2.3.	A eleição do Presidente da República.....	372
2.4.	O mandato.....	373
2.5.	Atribuições do Presidente da República.....	374
2.6.	Responsabilidade do Presidente da República.....	376
2.6.1.	Crimes de responsabilidade.....	376
2.6.2.	Crimes comuns.....	378
2.6.2.1.	Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa).....	380
2.7.	Ministros de Estado.....	380
2.8.	Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	381
3.	Do Poder Judiciário.....	382
3.1.	Funções típicas e atípicas.....	382

3.2.	Organograma do Poder Judiciário	383
3.3.	Estatuto da Magistratura	384
3.4.	Garantias do Poder Judiciário.....	385
3.4.1.	Garantias institucionais.....	385
3.4.2.	Garantias funcionais	385
3.5.	Quinto Constitucional	387
3.6.	Súmulas Vinculantes	388
3.7.	Do Conselho Nacional de Justiça	389
3.8.	Do Supremo Tribunal Federal	393
3.9.	Do Superior Tribunal de Justiça	393
3.10.	Da Justiça Federal	394
3.11.	Da Justiça do Trabalho	394
3.12.	Da Justiça Eleitoral	395
3.13.	Da Justiça Militar	397
3.14.	Da Justiça Estadual.....	397
4.	Das funções essenciais à Justiça	398
4.1.	Do Ministério Público.....	399
4.1.1.	Princípios institucionais	400
4.1.2.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público.....	401
4.1.3.	Funções institucionais	402
4.1.4.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	403
4.2.	Da Advocacia Pública	405
4.3.	Da Advocacia	406
4.4.	Da Defensoria Pública.....	407
5.	Tópico-síntese	408

Capítulo 15

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....		423
1.	Generalidades sobre o sistema constitucional das crises	423
1.1.	Do Estado de Defesa	424
1.2.	Do Estado de Sítio	425
1.3.	Disposições gerais relativas ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio	426
2.	Das Forças Armadas	427
3.	Da segurança pública	429
4.	Tópico-síntese	430